

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.693 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2003



Subcomissão da Saúde aprovou requerimento para discutir formas de melhorar a assistência oferecida pelo SUS na área farmacêutica

Senadores debaterão assistência farmacêutica prestada pelo SUS

Aureliano Chaves receberá homenagem do Plenário

PÁGINA 2

Ministro anuncia rede de farmácias populares e mais remédios gratuitos

Humberto Costa expôs na Comissão de Assuntos Sociais os planos do Ministério da Saúde. Segundo ele, o SUS garante mais de 900 mil internações por mês, e as reclamações partem de quem não usa o sistema.

O ministro da Saúde, Humberto Costa, explicou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, suas diretrizes para os próximos quatro anos. Entre as metas anunciadas estão a criação em todo o país, até julho, de uma rede de farmácias populares, oferecendo medicamentos mais baratos para a população, e a amplia-

ção das compras de remédios para distribuição gratuita.

O ministro também fez uma avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS), que registra mais de 900 mil internações por mês e um total de 11,7 milhões por ano. Para ele, quem reclama do SUS não usa o sistema.

PÁGINA 3



Requerimento foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Fotos: Célio Azevedo

Comissão condena o fuzilamento de dissidentes cubanos

PÁGINA 4

REFORMAS

Paim assegura que governo não pretende extinguir o 13º salário

Arthur Virgílio elogia proposta alternativa para a Previdência

Mudanças devem ser discutidas com a sociedade, diz Serys

Duciomar defende alterações na previdência rural

PÁGINA 5



Roosevelt Pinheiro

Marco Maciel é um dos signatários do requerimento para homenagear o ex-vice-presidente

Plenário fará homenagem a Aureliano Chaves

O Senado fará sessão especial em homenagem ao ex-vice-presidente da República Aureliano Chaves, falecido no dia 30 de abril. O Plenário aprovou ontem requerimento apresentado pela bancada mineira — Eduardo Azeredo (PSDB), Aelton Freitas (PL) e Hélio Costa (PMDB) — e pelos senadores José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Marco Maciel (PFL-PE). A data da homenagem ainda será marcada.

O texto do requerimento ressalta o papel importante de Aureliano no restabelecimento da democracia no Brasil. “Aureliano Chaves transformava-se em agressivo combatente ou hábil negociador quando estava em jogo o retorno das franquias democráticas”, afirmam os senadores no requerimento, que enfatiza também a atuação do político mineiro como professor, engenheiro, parlamentar, governador de Minas Gerais, ministro e vice-presidente.

Nota de esclarecimento

O *Jornal do Senado* esclarece que não partiu do senador Tião Viana (PT-AC) a informação de que ele teria desmentido a afirmação de que políticos críticos da reforma da Previdência estariam em busca dos holofotes da imprensa para se promoverem.

Senado debate distribuição de medicamentos pelo SUS

Subcomissão Temporária da Saúde aprova requerimento para encontrar formas de melhorar a assistência farmacêutica pública

Os integrantes da Subcomissão Temporária da Saúde da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem requerimento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) para debater as alternativas destinadas a melhorar a assistência farmacêutica existente no Sistema Único de Saúde (SUS). Papaléo, que preside a subcomissão, propôs uma lista de 13 participantes que devem ser ouvidos em duas audiências públicas.

Por proposta do presidente da CAS, senador Romero Jucá (PSDB-RR), as audiências da subcomissão ocorrerão às terças-feiras, às 18h, depois da ordem do dia do Plenário. Os contatos com os participantes já permitiram programar os debates para os dias 20 e 27 deste mês.

Papaléo explicou que, com a extinção da Central de Medicamentos (Ceme), vinculada ao Ministério da Saúde e responsável pela fabricação de remédios dis-



Membros da subcomissão querem ouvir especialistas e representantes da área de saúde sobre a política farmacêutica do SUS

tribuídos à rede pública de assistência médica e hospitalar, o atendimento ficou mais difícil, não sendo possível garantir medicamentos gratuitos aos pacientes. “Atualmente, a aquisição é feita pelo governo estadual ou pelas prefeituras com recursos repassados pelo SUS”, afirmou.

A subcomissão quer ouvir todos os setores ligados ao assunto. Constan da lista dos participantes integrantes do governo — como o diretor de Assistência Farmacêutica da Secretaria de

Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Norberto Rech, e o titular da secretaria, José Hermógenes de Souza —, representantes dos conselhos nacionais de secretários estaduais e municipais de saúde, da Associação Médica Brasileira, da indústria farmacêutica, de entidades de defesa do consumidor e do Ministério Público e especialistas em saúde, como Mozart de Abreu e Lima, que participou de governos passados.

Santana elogia projeto de Maria do Carmo

O senador Renildo Santana (PFL-SE) parabenizou a senadora licenciada Maria do Carmo Alves pela aprovação na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de sua proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece licença-maternidade para as mães que adotam crianças. A proposta recebeu parecer favorável da relatora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A proposta de Maria do Carmo, disse o senador, estabelece uma



José Cruz

Renildo Santana: igualdade entre filhos naturais e adotivos

situação de igualdade entre os filhos naturais e adotivos, já especificada no Código Civil Brasileiro e também na Constituição. Mas, no artigo constitucional que especifica os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, não garante às mães

adotivas o direito de acompanhar os primeiros meses de convivência com seus filhos, observa o senador.

— Ora, se a Constituição garante aos adotados os mesmos direi-

tos dos filhos biológicos, também deveria assegurar-lhes o direito da presença da mãe adotiva, como assegura ao recém-nascido. A discriminação, portanto, é dupla, pois atinge a mãe e a criança — afirmou o senador.

Para Renildo Santana, deve-se levar em consideração também o caráter de justiça social da proposta, que visa proteger aqueles que, até então, foram abandonados pela sociedade. “Reduzir o papel da mãe apenas ao de provedora de alimento é minimizar a importância do afeto que se faz presente desde o primeiro dia de convivência entre mãe e filho”, afirmou.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2003

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 3º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); Substitutivo do Senado ao PLC nº 50/01, dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa; PLC nº 75/00, dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública; e Mensagem nº 76/03, solicitando a retirada do PLC nº 4/03, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 3º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); PLS nº 336/99 — Complementar, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs nº 40/99, revoga o inciso VII do artigo 20 da Constituição federal e o parágrafo 3º do artigo 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a sua destinação; nº 44/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 31/99), dá nova redação ao artigo 14 da Constituição federal, instituindo o voto facultativo; e nº 55/99, modifica o caput do artigo 37 da Constituição federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade).

Quinta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, das PECs referentes aos terrenos de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a sua destinação; nº 44/99 (tramitando em conjunto com a PEC nº 31/99), dá nova redação ao artigo 14 da Constituição federal, instituindo o voto facultativo; e nº 55/99, modifica o caput do artigo 37 da Constituição federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade); e PDL nº 7/03, aprova os textos dos protocolos facultativos à Convenção sobre os Direitos da Criança, relativos ao envolvimento de crianças em conflitos armados e à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

DEBATES NO SENADO

Para ministro, quem reclama do SUS não é usuário

Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ontem, o ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou suas diretrizes para os próximos quatro anos. Ele também fez uma avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS), salientando que já são 15 anos de existência orientada para garantir acesso de todos os brasileiros à sua rede hospitalar.

Conforme o ministro, uma pesquisa indicou que somente 8,7% da população não utilizam o SUS. O sistema tem mais de 63 mil unidades ambulatoriais e 5.794 unidades hospitalares, responsáveis por mais de 900 mil internações por mês e um total de 11,7 milhões por ano, informou. Para ele, quem reclama do SUS é quem não usa o sistema.

— O SUS garante assistência integral e gratuita para portadores de Aids, pacientes renais crônicos e pacientes com câncer, o que é assegurado em poucos países — observou.

Segundo Costa, os principais problemas do SUS são recursos financeiros insuficientes, gastos feitos irracionalmente, pouca participação dos estados no financiamento, deficiência qualitativa e quantitativa



Humberto Costa (E), ao lado dos senadores Romero Jucá e Papaléo Paes, fala sobre as metas do Ministério da Saúde para os próximos quatro anos

de recursos humanos, relações de trabalho precárias e, como consequência, filas para atendimento.

FARMÁCIAS

Algumas das metas anunciadas pelo ministro são a ampliação do acesso aos serviços de saúde, duplicando o número de equipes do Saúde da Família, incluindo dentistas, e criação, até julho, em todo o país, de uma rede de farmácias populares, garantindo medicamentos mais baratos para a população.

O ministro afirmou pretender ainda aumentar as compras de remédios para distribuição gratuita; intensificar o controle de endemias como dengue, malária, hanseníase e tuberculose; aumentar a realização de testes de Aids; fortalecer ações de vigilância em saúde e me-

lhorar a gestão democrática do Sistema Único de Saúde.

Humberto Costa informou que uma comissão técnica está reavaliando o papel dos hospitais universitários. Ele pretende integrar esses hospitais à rede do SUS, para que não sejam mais “ilhas, como são hoje”. Segundo Costa, o repasse de verbas para esses hospitais aumentou de R\$ 60 milhões em 2002 para R\$ 100 milhões neste ano, e o Ministério da Educação já abriu concurso para contratação de pessoal.

— Vamos resolver a situação financeira dos hospitais universitários. Hoje, eles usam recursos do SUS para pagar pessoal, porque há falta de profissionais contratados. Esse dinheiro deveria ser para investimento — disse.

Jane de Araújo

Antero: Constituição não é cumprida

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) denunciou ao ministro da Saúde, Humberto Costa, que estados e municípios não estão cumprindo a emenda constitucional que vincula recursos orçamentários à saúde.

— Há um truque, muito comum, que é o de destinar 12% do orçamento para a saúde, como determina a Emenda 29, mas só depois que são separados os 25% da



Antero denuncia truques para descumprir Constituição

área da educação — salientou Antero.

O ministro disse que haverá fiscalização, mas, como o governo anterior não cumpria, ele próprio, a Emenda 29, não haveria como fazer agora uma cobrança rígida. “Vamos cumprir a emenda e impor aos estados a condição de que implantem o programa Saúde da Família para ter direito aos repasses federais”, afirmou.

Célio Azevedo

Jucá questiona propaganda de cigarro

Conforme o ministro da Saúde, Humberto Costa, o governo resolveu editar a medida provisória (MP) que liberou a propaganda de cigarros durante o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1 porque havia um contrato assinado no ano passado e porque houve a decisão

de aproveitar o espaço publicitário da prova para uma campanha antitabagista. Mas ele lembrou que a MP ainda vai ser votada no Congresso e pode ser modificada.



Jucá: preocupação com MP que liberou propaganda

O ministro respondeu assim a uma pergunta do senador Romero Jucá (PSDB-RR). O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o conteúdo da MP já vinha sendo debatido na Câmara dos Deputados e que até o ex-ministro da Saúde José Serra achava que em eventos de grande apelo internacional a solução seria aproveitar a mídia que geram para propaganda contra cigarros.

Célio Azevedo

Rede Sarah pode integrar sistema

O ministro da Saúde, Humberto Costa, disse que pretende integrar ao Sistema Único de Saúde (SUS) os seis hospitais da Rede Sarah. Para o ministro, é justo que o SUS reivindique da rede, que recebe recursos públicos, uma contrapartida, como

integração e treinamento de profissionais para que o mesmo nível de excelência possa ser encontrado em hospitais de todo o país. O ministro lembrou que a rede é mantida pelo setor público, ao custo de R\$ 245 milhões por ano, mas está fora do sistema de saúde.

— A Rede Sarah não exerce um papel dentro do sistema. Queremos que atue no que tem excelência. Gastamos R\$ 245 milhões e queremos contrapartida. É justo — frisou.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a destinação de recursos iguais aos que vão para o Sarah a todos os hospitais do país. Ela afirmou que os hospitais da Rede Sarah são o único lugar do país onde “o pobre é tratado com dignidade”.

Respondendo a outro questiona-



Lúcia Vânia: Rede Sarah trata pobre com dignidade



Fátima Cleide quer ações para o planejamento familiar

mento da senadora, o ministro disse que o uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para nortear projetos como o Alvorada, cujo objetivo é a melhoria das condições de vida das áreas mais carentes, pode privilegiar pequenas cidades, quando — destacou — alguns bairros de grandes metrópoles podem ter índices até piores. Mas ele afirmou que o Alvorada é um projeto importante e está em continuidade.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), que perguntou de que maneira o ministério pretende incentivar o planejamento familiar e por que parou de fornecer métodos contraceptivos em Rondônia, o ministro disse que vai se informar sobre o assunto, uma vez que não sabia dessa interrupção.

Osmar defende projeto sobre prescrição de droga

O senador Osmar Dias (PDT-PR) perguntou qual a opinião do ministro sobre projeto de sua autoria — já aprovado no Senado e tramitando na Câmara — que garante mais liberdade aos médicos para prescrever drogas proibidas, como morfina, em doentes de câncer. Humberto Costa respondeu que a questão é complexa, porque há muitos médicos viciados em drogas e há o risco de extravio dessas drogas em hospitais públicos, bem como de assaltos por quadrilhas de traficantes.

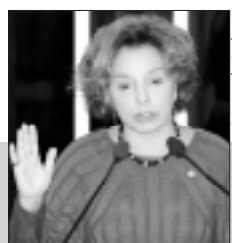
Osmar Dias informou ao ministro que o Hospital das Clínicas de Curitiba, um centro de excelência em transplante de medula, está em situação dramática por falta de dinheiro. “O hospital é procurado por pacientes de todo o país, pela sua excelência, e vive uma crise total, sendo obrigado até a improvisar equipamentos”, disse o senador.



Osmar alerta que hospital de Curitiba está sem recursos



Valadares indaga posição do ministro sobre a CPMF



Iris chama atenção para incidência de Aids em mulheres casadas



Augusto Botelho lembra surto de malária em Belo Horizonte

Costa quer CPMF com alíquota menor

Em resposta ao senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o ministro Humberto Costa defendeu a manutenção da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), mas com alíquota menor.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) mostrou-se preocupada com o aumento da incidência de Aids em mulheres casadas e chegou a pedir ao ministro a realização de uma campanha publicitária, em nível nacional, para conscientizar os parceiros sobre os perigos da doença. Humberto Costa disse, em resposta, que

está atento ao problema. Mas alertou que a principal preocupação do Ministério da Saúde é com relação às adolescentes, já que a incidência da doença vem crescendo entre as jovens. Por isso defendeu o uso do preservativo feminino.

O ministro tranquilizou o senador Augusto Botelho (PDT-RR) ao informar que o surto de malária registrado em Belo Horizonte (MG) está sob controle. Mas afirmou que a maior preocupação do ministério é com relação à cidade de Manaus (AM), onde ocorrem focos de malária e dengue.

Jane de Araújo

Roosevelt Pinheiro

Roque de Sá

Comissão condena o fuzilamento em Cuba

Documento aprovado pela CRE enfatiza a importância da democracia e do respeito à liberdade de opinião e de expressão

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento que condena o fuzilamento de três cubanos que tentavam fugir para os Estados Unidos e a prisão de 78 dissidentes políticos, críticos do governo do presidente Fidel Castro.

O texto aprovado foi apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), que tomou como base propostas dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM). A matéria deve ser analisada ainda pelo Plenário para valer como opinião de todo o Senado.

Hélio Costa declarou que procurou equilibrar no documento o fato de o Brasil ser um país amigo de Cuba com o repúdio à posição "inadmissível e inaceitável" do governo daquele país de executar e prender opositores. O texto aprovado enfatiza a importância da democracia e do respeito à liberdade de opinião e expressão, destacando que a Constituição brasileira proíbe a pena de morte, por ser incompatível com os direitos humanos. "O requerimento é firme, sóbrio, sem excessos para um lado ou para o outro", disse.

Virgílio elogiou o texto aprovado, por ser "generoso com Cuba, sem deixar de repudiar a via injusta e drástica da pena de morte". Ele destacou a opinião do escritor português, Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago, que afirmou ter perdido sua fé no regime cubano. "Para mim, bastou", observou Virgílio.

A qualidade do texto aprovado também foi elogiada pelo senador José Agripino (PFL-RN): "Os fatos demonstram o encruamento de uma situação que precisa ser denunciada internacionalmente".

Por solicitação do vice-presidente da CRE, Marcelo Crivella (PL-RJ), a comissão incluiu no documento referência ao respeito à liberdade de religião como fator fundamental em uma sociedade. "A fé, em muitas situações, é o único alimento da alma", destacou o senador. O presidente da comissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), destacou a "forma cuidadosa e responsável com que a CRE tratou do assunto".



Hélio Costa: texto procura equilibrar fato de o Brasil ser amigo de Cuba com o repúdio à prisão e execução de opositores

Aprovados embaixadores para Guatemala e Polônia

Dois diplomatas indicados pelo presidente da República para chefiar missões diplomáticas brasileiras no exterior tiveram seus nomes aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE): Renan Leite Paes Barreto vai ocupar a embaixada do Brasil na Guatemala, enquanto Marcelo Andrade de Moraes Jardim, a embaixada na Polônia, caso tenham seus nomes acolhidos também pelo Plenário.

Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Edison Lobão (PFL-MA) elogiaram os diplomatas, destacando a importância dos países em que irão representar o Brasil.

Os senadores discutiram, durante a reunião da CRE, a livre circulação de pessoas entre os diversos países e a formação de blocos econômicos. O presidente da comissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), defendeu que a discussão para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) leve os países do bloco a franquear o trã-



Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella estão preocupados com situação de brasileiros em Portugal

sito de cidadãos por todo o continente.

Hélio Costa (PMDB-MG) se disse preocupado com a situação de brasileiros que morrem no exterior, enquanto Gilberto Mestrinho defendeu maiores barreiras para evitar a imigração de terroristas e narcotraficantes.

A recente adoção pela União Européia de uma política restritiva à imigração levou Eduardo Suplicy a alertar para a possibilidade de expulsão de cerca de 3 mil brasileiros que estão em Portugal. O vice-presidente da CRE, Marcelo Crivella (PL-RJ), também se demonstrou preocupado com a situação dos brasileiros.

Osmar Dias debate propostas sobre assistência a estudantes

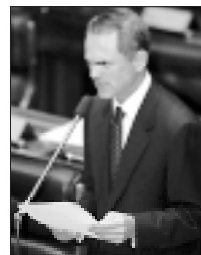
O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), participou ontem, no Senado, do Fórum Nacional Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, para tratar da política nacional de moradia

para estudantes. O senador conversou ainda com os educadores sobre o projeto de lei da Câmara que trata do Plano Nacional de Assistência ao Estudante, de autoria do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).

Paulo Octávio propõe a alfabetização de operários

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa. A proposição, de sua autoria, visa garantir aulas de alfabetização gratuita aos empregados das empresas de construção civil de todo o país.

De acordo com o parlamentar, o projeto resulta de "amplo consenso entre dirigentes e representantes das mais significativas entidades de representação patronal do setor da construção civil brasileira", durante encontro realizado no Senado há pouco mais de um mês, do qual participou o ministro da Educação, senador licenciado Cristovam



Paulo Octávio: alfabetização na própria empresa

Buarque. Para Paulo Octávio, o investimento na alfabetização dos funcionários dá retorno também do ponto de vista do patronato. Argumentou que o simples fato de um indivíduo estar habilitado a ler placas de advertência dentro de uma obra "já é o bastante para reduzir sensivelmente os acidentes de trabalho". Mas, para ele, o que mais importa "é a auto-estima, a valorização humana, a dignidade e a cidadania".

O senador realçou a existência, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 20 milhões de brasileiros analfabetos, ou 25% da população economicamente ativa.

Arthur Virgílio faz alerta sobre ameaça à Amazônia

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, sustentou ontem que a Amazônia é um patrimônio nacional, mas que a Humanidade "tem o direito" de exigir que ela seja desenvolvida sem devastação e sem desequilíbrios ecológicos que possam afetar o resto do mundo. Ele aplaudiu as afirmações feitas pelo arcebispo de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, durante a assembléia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaici (SP).

Virgílio destacou a observação do arcebispo de que a Amazônia é um patrimônio do Brasil, a ser-

viço da Humanidade, mas que se encontra ameaçado por problemas como a biopirataria e a ação da guerrilha e do narcotráfico da Colômbia.

O senador ponderou que tais problemas sugerem ações imediatas para garantir que o Brasil seja capaz de controlar a região. Ele espera que o projeto que o governo anuncia para a região tenha realmente eficácia.

Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) convide o arcebispo de Manaus para expor suas idéias.

Serys cobra recursos para recuperação de rodovias

O estado calamitoso das rodovias brasileiras exige do Senado um posicionamento sobre a atual regulamentação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A avaliação foi feita ontem pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que apresentou requerimento solicitando ao Ministério dos Transportes informações sobre os recursos arrecadados com a contribuição, criada para custear a manutenção da malha rodoviária. A regulamentação da Cide foi aprovada pelo Congresso no ano passado, definindo que 75% do arrecada-

do seriam aplicados no setor de transportes, mas vetos presidenciais acabaram por contingenciar os recursos.

— Nós, senadores, temos que definir se derrubamos os vetos existentes à Cide, ou se adotaremos outra medida, mas temos que fazer com que ela seja usada para os fins a que foi criada — disse Serys.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) disse que o Executivo pode, por iniciativa própria, dotar o setor de transportes de recursos. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) ressaltou a necessidade de que se apliquem recursos nos transportes.

Governo não quer extinguir 13º salário, assegura Paim

Senador afirma, após conversa com ministro do Trabalho, que informação divulgada por uma agência não tem fundamento

O senador Paulo Paim (PT-RS) desmentiu ontem, em discurso da tribuna, que o governo tenha a intenção de propor a extinção do 13º salário pago aos trabalhadores das pequenas empresas. A informação foi divulgada por meio do site de uma agência de notícias, mas não tem fundamento, conforme o senador ouviu do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, com quem conversou ao telefone pouco antes de fazer o pronunciamento.

— Só quem ganha salários consideravelmente baixos sabe da importância do 13º salário para que suas famílias tenham ceia de Natal mais decente no final do ano. Considero o 13º intocável — declarou Paulo Paim.

De acordo com a agência, a medida seria defendida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O



Paulo Paim diz que acabar com benefício seria incabível numa administração do PT

senador considera um erro invocar o ponto de vista econômico para defender o fim do 13º, pois o benefício é importante para aumentar as vendas de fim de ano da indústria e do comércio. “Esta proposta seria incabível num governo do PT”, acrescentou.

No mesmo discurso, Paim aplaudiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela indicação do primeiro negro para o cargo de ministro

do Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes. Também apoiou a decisão do presidente de pedir à liderança do PT no Senado que solicite o arquivamento do projeto que flexibiliza as leis trabalhistas, e que tanta polêmica provocou no ano passado.

APOSENTADOS

Paim esclareceu, ainda, que não foi autor da ação, recentemente aceita pelo Conselho Federal de Justiça, que pede a correção das aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pelo IGP-DI, e não pelo INPC. A ação foi movida em 1997 pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), informada com a medida do governo de mudar para o INPC a correção. O governo deve recorrer da decisão, disse ele.



Para Arthur Virgílio, o debate enriquece quando novas idéias são colocadas em discussão

são colocadas em discussão. Ele afirmou ser grande inimigo do pensamento único e da unanimidade, defendendo sempre o debate intenso entre diferentes alternativas de solução para uma mesma problemática.

Segundo o senador, na justificativa da proposta Pauderney destaca a necessidade de se obter equilíbrio da Previdência com medidas como a proibição do uso de recursos da seguridade social para outras finalidades, a exemplo

do que ocorre na assistência social; a adoção de mecanismos para recuperação da maior parte dos créditos inscritos na dívida ativa previdenciária; e a limitação da atual prática de terceirização indiscriminada na administração.

Arthur Virgílio elogia projeto alternativo sobre Previdência

A iniciativa do deputado amazonense Pauderney Avelino (PFL) de apresentar projeto alternativo à proposta de reforma previdenciária do Executivo foi elogiada, em discurso no Plenário, pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Trata-se de um trabalho de fôlego, que propõe um prisma diferente da proposta governista, do ponto de vista técnico, disse.

Para Arthur Virgílio, o debate se enriquece quando novas idéias

Serys: sociedade vai debater as mudanças

Ao lembrar a experiência do Partido dos Trabalhadores em discutir profundamente os problemas sociais, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou a expectativa de que as propostas de reforma previdenciária e tributária serão objeto de criterioso e aprofundado debate com a sociedade.

— Questões como as reformas da Previdência e tributária não



Mudanças devem atender interesse social, afirma Serys

podem ser definidas sem a mais ampla, geral e irrestrita audiência à nossa cidadania. Nada mais justo que transformar o Senado e a Câmara no grande espaço dessa discussão e do aperfeiçoamento de uma proposta que só será válida e eficaz se for capaz de atender aos interesses da maioria de nossa população — afirmou.

A senadora procurou também

diferenciar o tratamento dado ao assunto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

— O blablablá dos velhos tempos vai sendo deixado para trás e parte-se para a implementação de reformas que efetivamente reestruturam o Estado brasileiro. Não vamos mais nos iludir com a retórica vazia, como a dos tempos de Fernando Henrique Cardoso e dos tucanos. Nossa preocupação será sempre com a pessoa humana — disse.

Duciomar sugere inclusão da previdência rural na reforma

A necessidade de se incluir a previdência rural na reforma proposta pelo governo foi defendida, ontem, pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA). Ele disse que durante debate realizado por sua iniciativa no Pará, o representante do Ministério da Previdência informou que o déficit em 2002 ficou em R\$ 17 bilhões, sendo que, desse total, R\$ 14,5 bilhões foram provenientes da previdência rural.



Na opinião de Duciomar Costa, política rural em vigor é equivocada

Para Duciomar, a política agrícola federal é totalmente equivocada, pois provoca o êxodo rural e empobrece os municípios do interior que, por sua vez, deixam de

contribuir para a previdência rural. “Essa política trata o homem do campo como indigente”, afirmou, defendendo a reforma agrária como forma de tratar o camponês como cidadão.

Quanto à reforma tributária, o senador manifestou expectativa de que as alterações venham a estabelecer uma política justa para a região amazônica. Ele destacou encontro que estava previsto, ontem, entre o governador do Pará, Simão Jatene, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Proposta de transposição é inviável, diz Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PDT-SE) afirmou, ontem, em discurso no Plenário, que o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco é tecnicamente inadequado, uma vez que as atuais condições do rio aconselham providências para a sua revitalização.

Ele disse que a promessa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a entrega das propostas de reformas constitucionais, de realizar as obras foi uma forma de obter o carimbo do Senado para a mudança tributária, “que é danosa ao Nordeste”. O parlamentar lembrou, entretanto, que, na última segunda-feira,

o presidente negou o anúncio, durante visita ao estado de Sergipe.

Ao criticar a proposta de reforma tributária, Almeida Lima observou que os bens produzidos no Sudeste pagam seus impostos no local da produção e não da circulação, enquanto os bens produzidos no Nordeste pagam seus tributos no local da circulação, sendo o Sudeste seu maior consumidor.



Almeida Lima quer revitalização do São Francisco

Ideli destaca programa de microcrédito do BNDES

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou em Plenário, ontem, a iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de incentivar e disseminar pelo país uma política de microcrédito voltada para a pessoa física. O projeto piloto deve ser viabilizado pelo Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), conforme adiantou à parlamentar o presidente do BNDES, Carlos Lessa.

Ideli acredita que o Besc pode



Projeto vai beneficiar a pessoa física, informa Ideli Salvatti

sobressair-se como uma instituição financeira com capilaridade suficiente para operar o microcrédito, com taxa de juros projetada de 2% ao mês. De outubro de 1999 ao final de 2002, o BNDES liberou R\$ 338 milhões nessa modalidade de empréstimo, beneficiando 284 mil pessoas. A meta atual da instituição, segundo a senadora, é concretizar um milhão de operações de crédito, totalizando R\$ 1 bilhão.

Antero solicita dados sobre suas contas bancárias

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) leu ontem em Plenário requerimento dirigido ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, solicitando a realização de levantamento junto a instituições financeiras sobre todas as contas bancárias que possui atualmente ou possuiu desde 1982. O parlamentar justificou o pedido alegando "motivos de ordem pessoal".

Ainda no requerimento, Antero pede que, "na medida do possível", as instituições financeiras remetam a ele todo material referente a suas movimentações bancárias nas respectivas contas. Ele invoca dispositivos da Lei nº 9.507/97, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*, para fundamentar sua solicitação.

— Esclareço que se trata de informações pessoais relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para acesso às mesmas — observou.

Eduardo Azeredo propõe fim da impressão do voto

Avaliando que procedimento atrasou votação nas últimas eleições, senador sugere criação de registro digital que permitirá recontagem

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu agilidade na tramitação do projeto que pretende apresentar à Casa propondo a abolição do voto impresso nas próximas eleições. No ano passado, 20 mil seções eleitorais tiveram impressoras acopladas aos computadores utilizados para o voto eletrônico. A legislação atual prevê que no próximo pleito o voto impresso será estendido a todas as urnas.

— Técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constataram que a instituição do voto impresso apenas atrasou a votação. Sua utilização na totalidade das seções, prevista para as próximas eleições, geraria um custo



Azeredo destacou experiência de empréstimo das urnas ao Paraguai

de 350 milhões de reais para adaptação e treinamento. Se meu projeto não for aprovado, o TSE precisará prever nos seus gastos para o próximo ano esses recursos, que poderiam ser utilizados para

outros fins — afirmou Azeredo.

No mesmo projeto, o senador por Minas Gerais também propõe a criação de um registro digital na urna eletrônica, que permita uma eventual recontagem de votos ou uma análise mais aprofundada por pesquisadores e estudiosos no assunto. Ele registrou que essa era uma lacuna da primeira versão das urnas eletrônicas, instituídas pelo TSE no ano de 1996, em 32% das seções eleitorais.

A segurança da votação eletrônica também foi destacada por Eduardo Azeredo. Ele citou como exemplo a bem sucedida experiência ocorrida no Paraguai, quando o Brasil emprestou suas urnas eletrônicas para receber os votos na eleição presidencial realizada naquele país. O senador disse que o pleito ocorreu sem problemas ou fraudes.

Serys destaca programa para produção familiar

O lançamento, nos próximos dias, pelo governo federal do Programa Nacional de Compra da Produção da Agricultura Familiar foi elogiado pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT). Segundo ela, a produção será destinada ao programa Fome Zero.

Serys informou que a primeira etapa do programa se concentrará no Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco. O objetivo principal, conforme afirmou, é a compra de milho, feijão, arroz em casca, farinha de mandioca e trigo, diretamente da agricultura familiar e de assentamentos.

Serys registrou também o "Seminário Internacional Pobreza e Desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social", promovido pela Unesco e realizado ontem em Brasília. Ela citou pronunciamento do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, que salientou a necessidade de se discutir a pobreza, "cada vez mais um problema global".

— Ela (a pobreza) diz respeito a países desenvolvidos ou em desenvolvimento, e requer esforços nacionais e internacionais para o seu enfrentamento — disse a senadora, citando Werthein.

Paulo Paim recepciona ministro da Saúde

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recepcionou ontem no gabinete da Presidência o ministro da Saúde, Humberto Costa, que compareceu à Casa para participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O ministro estava acompanhado pela vice-líder do governo, Patrícia Saboya (PPS-CE), pelo líder do PT, Tião Viana (AC), e pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

Paim recebeu também o reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, Jamisse Taino, com o qual conversou sobre a cooperação entre os dois países, especialmente no âmbito cultural e educacional.

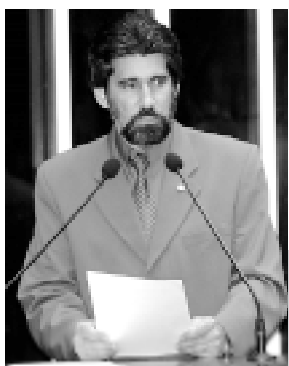
O senador foi convidado a visitar Moçambique em julho, e discutiu com Taino a participação de intelectuais africanos em seminário internacional sobre a história da África a ser realizado no Brasil, em agosto, com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque.

— É importante que a história da África seja contada de forma adequada, sendo fundamental a colaboração das lideranças intelectuais africanas — afirmou Paulo Paim.

Raupp: multinacional registrou nome de fruta amazônica

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) foi ontem à tribuna denunciar registro, pela empresa multinacional japonesa Asahi Foods, do nome da fruta amazônica cupuaçu no Japão, Estados Unidos e em todos os países da União Européia. Segundo o parlamentar, isso significa que está proibida a comercialização por outras empresas, nesses países, de qualquer produto que contenha aquele nome.

A descoberta foi feita pela organização não-governamental



Grupo japonês tem controle sobre o nome "cupuaçu", denuncia Raupp

(ONG) Amazonlink, ao buscar mediar o comércio da fruta com uma empresa alemã. O senador informou que essa "situação grotesca" não se restringe ao cupuaçu, havendo registro de outras plantas, como a andiroba, a copaíba e o açaí. Para ele, o fato poderia "fazer parte do anedotário das práticas comerciais mais escusas já registradas".

Raupp pediu que o governo tome ações concretas para preservar as riquezas da Região Norte. Sugeriu, entre outras, maior

disponibilidade de recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Também solicitou apoio logístico da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) "para cobrir a vastíssima região amazônica".

RECURSOS GENÉTICOS

Outra ação pedida pelo parlamentar foi a aprovação do Projeto de Lei do Senado 306/95, de autoria da ministra do Meio Ambiente e senadora licenciada Marina Silva. A proposta, já aprovada no Senado, trata dos instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país e propõe "a repartição justa e equitativa

dos benefícios advindos do acesso a novos produtos e tecnologias". O projeto segue o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa convenção, explicou Raupp, "antepõe o interesse público à propriedade e aos interesses privados". Ocorre que o registro de frutas é regulado pelo Tratado sobre Direito de Propriedade Intelectual Relacionado ao Comércio Internacional, de 1995, "que especifica que recursos biológicos devem estar sujeitos a direitos privados de propriedade intelectual".

Para o senador, o registro do cupuaçu "é incabível perante toda e qualquer legislação que vise proteger direitos sobre patentes".

Flávio Arns deixa o Conselho de Ética

A decisão da Mesa do Senado de enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o processo que apurou o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em escutas telefônicas na Bahia provocou a renúncia de mais um integrante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. O senador Flávio Arns (PT-PR)

enviou ontem ofício à Mesa comunicando seu desligamento.

Na avaliação de Arns, a decisão da Mesa, aprovada pelo Plenário do Senado, inviabiliza o funcionamento do conselho.

— Comunico o meu desligamento em caráter definitivo. Não vejo razão para existência do colegiado, que passará a ter função de-

corativa, em face das decisões adotadas pelo Senado, após conclusões dos trabalhos do conselho na sua fase preliminar, em relação à Denúncia nº 1, de 2003 — disse o senador.

Já comunicaram seu desligamento do conselho os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC).



Arns: "Não vejo razão para existência do colegiado, que passará a ter função decorativa"

Hélio Costa quer obrigar preso a usar uniforme

Projeto determina o uso permanente por criminosos condenados à sentença de reclusão em regime fechado. Senador mineiro argumenta que todos os países europeus e Estados Unidos já adotam a norma

Proposta de Crivella proíbe venda de bebidas em postos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei, que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para proibir a comercialização de bebidas alcoólicas em postos de gasolina. Em caso de desobediência, a proposta fixa multa de R\$ 5 mil e o dobro no caso de reincidência. Se o posto for flagrado numa terceira violação da lei, será fechado por 30 dias.

Para o senador, é preciso uma ação mais contundente para reduzir as mortes no trânsito, que dificulta a comercialização e evita o consumo de bebidas alcoólicas nos locais para onde se dirigem os motoristas, como os postos de combustível associados a lojas de conveniência.

— Embora reconhecendo que essa prática representa um item de conforto já incorporado ao cotidiano dos nossos cidadãos, entendemos que tal comodidade não deve descuidar dos reflexos do alcoolismo sobre a segurança no trânsito — pondera o parlamentar.

Virgílio elogia aprovação de indicado para STJ

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) registrou a aprovação pela CCJ do nome de José Castro Meira para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

— Feliz a Justiça que pode contar com juízes da competência, da honradez e da dedicação do dr. Castro Meira — declarou o senador.

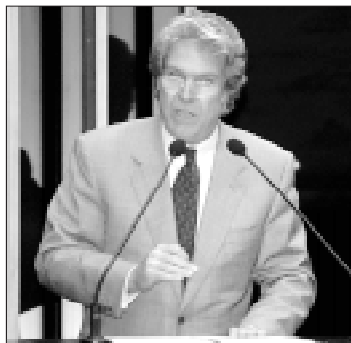
Arthur Virgílio destacou “o apreço dos Meira” pela instituição familiar, por eles considerada “uma espécie de agência social, o espaço doméstico por onde a vida transcorria previsível e segura”. O senador disse ter colhido essas expressões da apresentação do livro que retrata a vida do pai de José Castro Meira, elaborada pelo próprio juiz “com zelo, cuidado e respeito” para que mantivessem intactas as idéias do escritor.

Esses fatos, afirmou o senador, dão a idéia “da grandeza de espírito e da apurada sensibilidade” do juiz Castro Meira, juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Pernambuco.

— Essas qualidades são de fundamental relevância para quem vai se dedicar ao julgamento de pessoas, diante da frieza dos autos de um tribunal de grande dimensão, como é o STJ — disse o senador.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto de lei exigindo o uso permanente de uniforme de presidiário para criminosos condenados à sentença de reclusão em regime fechado, com sentença já transitada em julgado. Ele argumenta que, dessa forma, a sociedade poderá identificar um condenado pela sua indumentária, impedindo que ele “se dê ares de celebridade ou de *popstar*”, destacou.

Hélio Costa disse ser indispensável que os direitos humanos dos prisioneiros sejam sempre preservados, observando, no entanto, que “o direito de usar roupa elegante, ou de grife, não é um deles”. O senador lembrou que em todos os países europeus e nos



Hélio Costa ficou indignado ao ver um traficante vestindo colete da Polícia Federal

Estados Unidos os presos usam uniforme em todas as ocasiões, depois de condenados.

— Fiquei chocado ao ver um traficante condenado usando colete da Polícia Federal. Diante do meu espanto, fui informado de que

Tuma diz que cortes na PF serão revistos

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) agradeceu ontem ao líder do PT, senador Tião Viana (AC), e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, as providências para revisar o corte de 20,1% da estrutura da Polícia Federal (PF), anunciado pela imprensa. Ele disse ter recebido



Tuma afirma que tráfico praticado por atos terroristas

um telefonema do ministro informando a recomposição da Polícia Federal e a preparação de concursos para aumentar seu efetivo,

reconhecendo a eficiência da liderança de Tião Viana, pois a revisão foi comunicada dois dias após seu pronunciamento criticando o corte.

Tuma também respondeu ao senador Mão Santa (PMDB-PI) que o problema da Polícia Federal no Rio de Janeiro será resolvido com a substituição do atual superintendente, Marcelo Itagiba, pelo titular no Espírito Santo, Roberto Precioso Júnior. Segundo o sena-

Projeto limita tráfico de influência nos tribunais

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a aprovação imediata do projeto de lei proibindo ao cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membro de tribunal de atuar como advogado perante o mesmo tribunal. Demostenes é relator, na CCJ, da proposta já aprovada na Câmara dos Deputados.

Demostenes disse que o objetivo do projeto é evitar a atuação indevida de advogados que, tendo parentes em tribunais, gozam de privilégios escusos na defesa de suas causas, e afirmou que a aprovação do projeto reforçará a honorabilidade da Justiça e da advocacia. Segundo o senador, a opinião majoritária dos membros do Poder Judiciário, do Ministé-

rio Público e da própria OAB é a favor do projeto e lamentou que quase todos os ministros dos tribunais superiores, inclusive do STF, tenham parentes no comando dos principais escritórios de advocacia em Brasília.

— A gravidade potencial do problema emergiu em novembro de 2000, quando o advogado Daniel Garcia, filho do então ministro do STJ, Jacy Garcia Vieira, impetrou recurso contra a cobrança da Cofins em favor de um grupo de empreiteiros. O *O Estado de S. Paulo* revelou que Garcia, sabedor da posição do pai-ministro, montou estratégia na qual o magistrado se daria por impedido de atuar na lide e assim seria removido um julgador desfavorável — explicou.

essa indumentária se destinava a lhe dar proteção. Fatos como esse demonstram a falência do sistema de segurança pública no país, ao se preocupar mais em proteger os criminosos do que a família brasileira — disse.

Hélio Costa protestou contra os altos custos do transporte do traficante Fernandinho Beira-Mar em Alagoas e sua remoção para São Paulo teriam custado R\$ 292 mil — ou seja, 437 vezes o gasto médio anual de um aluno em escola pública.

— Será mesmo necessário ficar transportando esse meliante de um lado para outro do território nacional? — indagou.

Os traficantes cariocas não têm cometido crimes, mas “ações terroristas para desmoralizar as instituições estabelecidas”.

O senador ainda disse que trará ao Senado o que o governo de São Paulo está fazendo no seu sistema carcerário, principalmente na recuperação de criminosos de pequenos delitos. Ele informou que o governo paulista criou um departamento especializado na segurança para turistas, uma forma de fazer contra-propaganda em relação às manchetes de criminalidade.



Demostenes defendeu aprovação da proposta

Demostenes lembrou que o caso ganhou nova dimensão quando a ministra do STJ, Eliana Calmon, propôs o aditamento da decisão do tribunal e a aplicação da norma do Código de Processo Civil em que é o advogado, e não o juiz, o impedido de atuar na ação, depois que a mesma já tenha sido distribuída. A decisão da ministra obteve o apoio do então presidente da OAB, Reginaldo de Castro, reconhecendo a gravidade do apelo à influência praticada por advogados parentes de membros dos tribunais.



Amir Lando: ONU é essencial na implantação de nova ordem mundial

Lando apela em favor da paz e contra violência

O senador Amir Lando (PMDB-RO) fez um apelo a todos para que se juntem à luta pela paz, no Brasil e no mundo. Citando números da violência no Brasil e traçando um paralelo entre a guerra no Iraque e a criminalidade no país, ele disse que a paz no mundo somente será possível com a revitalização da Organização das Nações Unidas e, a partir dela, com a discussão e a implantação de uma nova ordem mundial. A violência no Brasil, salientou o senador, é fruto, principalmente, do narcotráfico e da exclusão social, “que gerou um *apartheid* social de que a história dos conflitos mundiais é rica em exemplos”.

— O *apartheid* social, no Brasil, se intensificou com o desmonte do Estado brasileiro, em nome do discurso do mundo globalizado — disse o senador.

Lando acrescentou que o Brasil perdeu a guerra para o crime organizado não devido ao sucateamento do aparato policial, mas porque “rendeu-se aos comandos do capital financeiro especulativo e seus ataques inteligentes”. Ele frisou que os recursos que faltam à saúde, à educação, à segurança pública e ao combate à fome são usados para a geração de superávits fiscais e o pagamento de juros e encargos, que transferem para os credores mais de R\$ 100 bilhões anuais.

Depois de afirmar que a guerra foi motivada pelo interesse americano nas reservas de petróleo iraquianas, Lando disse que o petróleo “não pode continuar sendo o condutor das grandes decisões de políticas nacionais”, e “o estado paralelo não pode ditar normas solapadas do Estado democrático e de direito”.

Papaléo cobra o fortalecimento do turismo

Senador lamenta que país ainda ocupe “posição inexpressiva” no *ranking* internacional do setor e defende a exploração do potencial do Amapá e de toda a Região Norte, por sua diversidade ecológica

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) manifestou ontem seu inconformismo com o fato de o país continuar ocupando “posição inexpressiva no *ranking* do turismo internacional”. Segundo os últimos dados disponíveis, do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), em 2002 entraram no Brasil 3,8 milhões de turistas estrangeiros, que geraram uma receita pouco superior a US\$ 3 bilhões.

Enquanto a França recebe 76 milhões de turistas por ano e os Estados Unidos, anualmente, obtêm US\$ 72 bilhões, o Brasil fica atrás, em visitantes e receita gerada, de países como Malásia, Cingapura, Irlanda e Coréia.

Ao conclamar as autoridades a



Papaléo conclama autoridades brasileiras a fortalecer o setor

desenvolverem ações de fortalecimento do setor, Papaléo admitiu que há sinais positivos de mudanças. Ele citou pronunciamento do presidente Lula no lançamento do Plano Nacional do Tu-

rismo, quando anunciou que a atividade “vai ser a bola da vez”.

No entanto, advertiu o senador, já não basta oferecer os atrativos naturais de praxe, como a praia e o clima agradável. O visitante, além da qualidade do atendimento e da segurança, busca o conhecimento de novas realidades ecológicas. Daí, acrescentou, a importância de se explorar o potencial turístico do Amapá, em particular, e da Região Norte como um todo, transformando-a em importante fonte de divisas para o país.

CORREÇÃO

O senador Papaléo Paes foi prefeito de Macapá, capital do Amapá, e não de Boa Vista (RR), como foi publicado na edição de ontem do *Jornal do Senado*.

Pavan defende novo calendário escolar

O vice-presidente da Subcomissão de Turismo, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), pediu a reavaliação do calendário escolar no Brasil. Segundo ele, “um dos itens que mais inibem o crescimento da atividade turística é a questão das férias escolares no país”.

Em discurso proferido ontem, Pavan disse que, como a maioria das pessoas programa seus passeios para o período das férias escolares, há uma grande concentração de turistas após o Natal e no mês de janeiro. Em fevereiro, ocorre diminuição pela metade do fluxo de turistas. Isso, em sua opinião, causa prejuízo ao país.

– Pesquisas de nossa Secretaria de Turismo do Balneário Camboriú (SC, cidade onde Pavan foi prefeito por três vezes) indicam

que a solução seria a alteração da Lei 9.394/96, estipulando um período fixo de férias escolares durante os meses de janeiro e fevereiro completos – afirmou.

A medida, informou, não impediria o cumprimento da carga horária de 800 horas anuais, distribuídas por 200 dias letivos. Resaltou que essa alteração não exigirá investimentos.

Em aparte, o senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que a violência é um sério problema para a atração de turistas estrangeiros. A opinião foi compartilhada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) observou que os custos das passagens no Brasil são muito altos, ao passo que o senador César Borges (PFL-BA) afirmou que é



Período fixo de férias em janeiro e fevereiro beneficiará turismo, diz Leonel Pavan

preciso divulgar o turismo, principalmente no exterior.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), relator da subcomissão, afirmou que pretende ouvir os presidentes das companhias aéreas. Já Ducimar Costa (PTB-PA) observou que “a indústria do turismo precisa ser tratada com mais carinho”.

Crivella quer mudar distribuição tributária



Crivella: hoje, “repartição não tem nada de equitativa”

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ontem que vai elaborar proposta de emenda à Constituição (PEC) para que metade do Imposto de Renda arrecadado em um estado a ele retorne na

repartição das transferências obrigatórias da União. A proposta visa beneficiar o Rio de Janeiro, o segundo maior arrecadador de tributos da Federação, explicou o senador.

Em pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), Crivella disse ter constatado que, apesar de o Rio ser um dos maiores arrecadadores de tributos, no primeiro trimestre deste ano o estado está

colocado em 10º lugar na distribuição das transferências obrigatórias da União, juntamente com Tocantins, Alagoas, Piauí e Goiás, contemplados com apenas 3% “nessa repartição que nada tem de equitativa”.

Estados como Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, que também arrecadam bastante, “mas bem menos que o Rio de Janeiro, estão em melhores condições”, comparou o senador.

Capiberibe destaca a viagem de Lula ao Acre

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou viagem do presidente Lula ao estado do Acre, prevista para ontem. Acompanhado de ministros, o presidente vai discutir com governadores e lideranças políticas e populares da região um programa de desenvolvimento econômico e social para a



Presidente discute política para Amazônia, afirma Capiberibe

Amazônia que possa ser implementado sem agredir a natureza.

– Nesse programa que discutiremos, não vamos reproduzir o que foi feito de negativo em outras regiões do país. No Nordeste, por exemplo, hoje pouco resta, ou quase nada, da Mata Atlântica. E nem por isso foram geradas riquezas capazes de atender às demandas sociais e melhorar a qualida-

de de vida do povo da região – afirmou.

Na avaliação do senador, os grandes empreendimentos na Amazônia foram planejados para atender a exigências do Centro-Sul ou demandas de outros países, e não visando às necessidades locais. Ele citou casos das minas

manganês no Amapá, cujo produto é exportado principalmente para os Estados Unidos, Inglaterra, Japão e Romênia, e da usina hidrelétrica de Tucuruí, que repassa parte da energia elétrica produzida para outras regiões do país.

João Capiberibe defendeu que o modelo de desenvolvimento econômico priorize a população amazônica.

Fundo do petróleo sofre “desmonte”, diz Tourinho

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) denunciou ontem em Plenário o “desmonte gradativo” do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) pelo Poder Executivo. Da prática de descontingenciamento orçamentário, o governo federal teria passado a tentar desferir um golpe definitivo contra o fundo, ao encaminhar ao Congresso projeto de lei, em 2002, propondo a desvinculação de 50% de seus recursos por prazo indefinido.

Alimentado por *royalties* do petróleo, o fundo é essencial, conforme assinalou, para impulsionar o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Graças a esses recursos, por exemplo, pôde ser inaugurado, no final do mês passado, o Laboratório de Tecno-



Para Tourinho, fundo é essencial para desenvolvimento do país

logia Oceânica (Lab Oceano) da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ).

Dos R\$ 16,1 milhões aplicados na construção desse laboratório, R\$ 15 milhões (93% do total investido) foram repassados pelo fundo. Além de ressaltar o “papel fundamental” do fundo nesse processo, Tourinho destacou a garantia de “maior segurança e confiabilidade” aos projetos de estruturas flutuantes e às operações no mar propiciada pelo empreendimento.

– O Lab Oceano vai proporcionar grandes vantagens técnicas e econômicas para as empresas sediadas no país e na América do Sul – afirmou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Romeu Tuma, Leonel Pavan e Demostenes Torres e pelas senadoras Serys Slhessarenko e Iris de Araújo